

Aula 9

LEITURA E COMPREENSÃO/ INTERPRETAÇÃO (3): UMA INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DOS FUTUROS CONTINGENTES

META

Apresentar a partir de algumas observações sobre a História da Filosofia e da Lógica os temas e conteúdos principais que deram origem à silogística aristotélica.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Leitura cuidadosa dos textos que serão citados e atenção aos pontos que certamente demandam conhecimento histórico, filosófico ou prático, neste caso associado à capacidade de interpretar/esquematizar textos e argumentos.

PRÉ-REQUISITOS

São a **PACIÊNCIA** e a **ATENÇÃO** para ler o texto da aula, a capacidade de **INTERPRETAR/ESQUEMATIZAR/COMPREENDER** quais teses estão envolvidas nos textos citados e a **HABILIDADE** para buscar na internet ou em material impresso certas palavras, conceitos, biografias, verbetes, imagens.

William de Siqueira Piauí

INTRODUÇÃO

Olá alunos e alunas da disciplina Lógica I, teremos mais uma conversa sobre conceitos, expressões, princípios, temas, problemas, obras etc. que dizem respeito ao que chamamos de Filosofia e História da Lógica, continuaremos a esboçar o conteúdo da unidade 2. Nesta aula utilizaremos o conhecimento e as técnicas que aprendemos até o momento para interpretar o comentário que Boécio fez ao famoso § 9 do *Da interpretação* de Aristóteles, utilizaremos como pano de fundo para nosso trabalho o *Comentário menor* que inclui a tradução do texto. Neste sentido, nossa aula assumirá a primeira interpretação boeciana da obra de Aristóteles e claro que ela não é a única.

DESENVOLVIMENTO

O romano Boécio foi considerado o primeiro escolástico da História da Filosofia e certamente foi um dos mais importantes comentadores da obra lógica de Aristóteles, um dos motivos para tal foi ele ter feito as traduções das obras do estagirita para o latim, o que permitirá não só que os estudos de tais obras continuem acontecendo mesmo quando as obras originais tenham praticamente desaparecido mas também será a fonte do vocabulário latino básico para a constituição da lógica medieval. Como nos informa o historiador De libera:

Seus comentários das *Categorias* e do *De interpretatione* constituíram durante vários séculos a grade de leitura obrigatória da semântica e da sintaxe lógica aristotélicas. Seus opúsculos pessoais (*Introductio ad syllogismos categoricos*, *De syllogismo categorico*, *De syllogismo hypothetico*, *De differentiis topicis*) transmitiram aos ocidentais a teoria das inferências e dos silogismos que teria sido ignorada de outro modo, já que tanto os *Tópicos*, quanto os *Analíticos* e as *Refutações sofisticas* [que constituíram o que se denominou de *Logica nova*] não parecem ter circulado em latim antes do século XII. (...) Boécio foi o mestre do que os filósofos do século XII chamaram de “Velha Lógica” (*Logica vetus*). Na verdade, ele foi muito mais que isso: fundador da tradição europeia originária da lógica (...), ele também deu ao Ocidente a sua própria *tradição filosófica e metafísica*, que atingiu o cume no século XII, no próprio momento em que, na Espanha, realizava-se a decisiva *translatio studiorum* que introduziria pela segunda vez a filosofia grega no Ocidente. (DE LIBERA, 1998, p. 250-1).

Nenhum comentador da obra lógica de Aristóteles posterior deixará de mencionar seu nome e o uso de suas traduções só deixará de ser prati-

camente fonte exclusiva dos textos quando os originais gregos voltarem a circular na Europa, ou seja, mais de 600 anos depois de sua morte. É notável que um dos textos do *Organon* assumiu tal importância para Boécio que foi comentado duas vezes, os *In librum Aristotelis de interpretatione Commentaria minora* e *In librum Aristotelis de interpretatione Commentaria majora*, ambos constam no tomo 64 da coleção *Patrologia Latinae* junto com seus opúsculos pessoais já mencionados e outros textos. Todavia, como já o mostramos em outro lugar, parece que a resposta definitiva do romano ao problema que motivará esta aula só pode de fato ser reconstituída a partir da leitura de sua última obra, ou seja, de *A consolação da filosofia*. De qualquer modo, tendo em vista que o *Comentário menor* é a obra dirigida aos principiantes e nossas anotações de aula pretendem ser apenas Uma pequena introdução à História e Filosofia da Lógica é a partir apenas dele que faremos essa aula.



Quando começa a Idade Média e termina a Idade Antiga para a Filosofia? Quando têm início e o que significam as expressões Filosofia Escolástica e Patrística? Qual a diferença entre a *Logica vetus* e a *Logica nova*? Incluindo os comentários, quantas obras sobre Lógica Boécio escreveu? Em que circunstâncias e quando foi escrita *A consolação da filosofia*? O que o Problema ou Querela dos Futuros Contingentes tem a ver com o argumento dominador (ou Mestre) ou com Diodoro Cronos e qual obra de Epiteto é usada para reconstituir parte do argumento? Cícero em seu texto *De fato* considerou Aristóteles um determinista ou indeterminista? A interpretação de Cícero está de acordo ou não com a de Boécio? Que complicação adicional o conceito de deus cristão pode trazer para o Problema dos Futuros Contingentes com relação à sua versão grega e o que ela pode ter a ver com a noção de possibilidade de Diodoro Cronos?

COMENTÁRIO SOBRE A ATIVIDADE

Essas informações podem ser conseguidas muito facilmente em um dicionário de filosofia ou em uma enciclopédia, uma pequena navegada na internet pode ajudar muito confirmam também as sugestões na Referência bibliográfica.

O *Comentário menor* começa, em sua p. 329 B, sem rodeios quanto ao problema central que fora tratado por Aristóteles no §9 do *Peri hermenéias*, tem como título *De futuris contingentibus*, ou seja, versará *Sobre os Futuros Contingentes*; tantos autores se debruçarão sobre os problemas mencionados neste texto e tantas serão as soluções oferecidas que ao final da Idade Média é possível ver muito claramente que se trata também, como a dos Universais, de uma Querela. Essa parte, que denominaremos de parte I, começa fazendo uma reavaliação do que foi dito e resolvido até aquele momento, marcando a diferença do assunto que será tratado em seguida, Boécio traduz:

(I) Quanto às [coisas] que são e que foram feitas é necessário que ou a negação ou a afirmação seja ou verdadeira ou falsa. Quanto às [proposições] universais, ditas universalmente, sempre que uma for verdadeira, de fato a outra será falsa, e o mesmo deve ser dito sobre as [proposições] singulares. Quanto às [proposições] universais que não são ditas universalmente, [isso] não é necessário; todavia, [já] falamos sobre isso.

Ao que segue o seguinte comentário: “Quanto às enunciações contraditórias proferidas a respeito de coisas presentes e passadas, [Aristóteles] diz que *uma é sempre definitivamente (definite) verdadeira e a outra sempre definitivamente falsa*”. Trata-se de recuperar os tipos de oposições entre proposições que ficaram estabelecidos nos parágrafos anteriores ao 9 (especialmente o §7) e dos quais falamos a partir da aula 04; claro que Aristóteles não utiliza o termo *definite* ou o *indefinite*, mas veremos quão importantes eles serão para a interpretação que se está querendo construir. Os exemplos não deixarão dúvidas, Boécio encadeia as seguintes proposições opostas: (A) “por uma conspiração privada todos os fabianos pereceram ao avançar em combate contra os veianos” e “por uma conspiração [privada] nem todos os fabianos pereceram ao avançar em combate contra os veianos”, (B) “Sócrates foi morto pelo veneno” e “Sócrates não foi morto pelo veneno” e (C) “Sócrates disputa” e “Sócrates não disputa”. Como já sabemos, inclusive a partir do que o próprio Boécio explicita no *Comentário menor* 324 B, ou seja, do quadrado aristotélico, em (A) temos a contradição entre a universal afirmativa “todos os fabianos...” e a particular negativa “nem todos os fabianos...” ou, o que é o mesmo, “alguns fabianos não pereceram...”, trata-se, portanto, da aplicação do princípio de contraditoriedade ou de contradição, para Aristóteles “o mais seguro de todos os princípios” (2005 [*Metafísica*, 1005 20b], p. 143-5) em que deve estar baseada a Lógica. Em (B) trata-se também de proposições contraditórias, tendo em vista que uma afirma o que a outra nega com respeito ao mesmo sujeito sob um mesmo aspecto e tempo (no mesmo aspecto, relação, modo e tempo - cf. ARISTÓTELES, 2010 [*Refutações sofisticas*, 165b 25], p. 549), neste caso quanto ao passado. Em (C) trata-se também de proposições contraditórias, tendo em vista que

uma afirma o que a outra nega com respeito ao mesmo sujeito “no mesmo aspecto, relação, modo e tempo” (ARISTÓTELES, 2010 [*Refutações sofisticadas*, 165b 25], p. 549), neste caso quanto ao presente. Na interpretação de Boécio nos três casos trata-se de proposições que são “definidamente” ou uma verdadeira e a outra falsa, ou uma falsa e a outra verdadeira (espécie de disjunção exclusiva), ou seja, elas assumem a verdade e a falsidade de modo definido, o que não parece ser o caso de outros tipos de proposição que serão indicadas mais a frente. E já sabemos que as proposições particulares negativa e afirmativa não precisam ser uma verdadeira e a outra falsa, vale para elas o princípio da subcontrariedade (cf. aulas 04 e 05), evidentemente, portanto, elas nem de longe se opõem definidamente. Do ponto de vista do romano é o que queria dizer essa parte do *Da interpretação*.

Um novo problema surge em 18a 34, a partir da seguinte afirmação “(II) *Contudo, nas singulares e nas futuras, não se dá de maneira similar*”. Novamente, os exemplos podem nos ajudar a compreender do que se trata; Boécio menciona três tipos de proposições singulares, as que significam inerência (*in esse*) (D) “Sócrates é careca” ou “Sócrates não é careca”, as necessárias (E) “o Sol passa pela constelação de Áries todos os anos” ou “o Sol não passa pela constelação de Áries todos os anos” e as contingentes (F) “hoje Alexandre vai almoçar” ou “hoje Alexandre não vai almoçar”. Quanto a (D) parece que a questão seria saber se a calvície é inerente ou não ao singular Sócrates, e ela pode ou não ser, pode se referir ao que não é accidental ou ao que é accidental; quanto a (E) o fenômeno singular ao qual as proposições se referem ocorre e ocorrerá ou não ocorre e não ocorrerá de modo necessário (também envolve uma espécie de disjunção exclusiva), parece valer o mesmo que para as contradições anteriores desde que não se trate de associação accidental; em (F) temos um outro tipo de fenômeno singular envolvido, que ocorrerá ou não ocorrerá de modo não necessário, de modo contingente.

A suposição que fazemos para (E) tem a ver com a seguinte afirmação de Aristóteles: “Por isso, o [singular] Sol, os astros e todo o céu são sempre em ato: e não se deve temer que eles em certo momento se detenham, como temem os físicos” (2010 [*Metafísica*, 1050b 26], p. 423). Isso significa que se percebemos que o Sol passa na constelação de Áries, esse é um fenômeno ou evento que diz respeito a um singular pertencente ao conjunto dos astros (Todos...) que sempre acontecerá. Por isso, a proposição que enuncia que no futuro o Sol passará em uma determinada constelação será necessariamente verdadeira e a oposta falsa ou necessariamente falsa e a oposta verdadeira, trata-se de proposições que são “definidamente” ou uma verdadeira e a outra falsa, ou uma falsa e a outra verdadeira (novamente, espécie de disjunção exclusiva). É o que parece lembrar Boécio:

(...) o que diz a coisa [como] necessária e que vem a ser por necessidade, torna totalmente necessária a proposição. Outras [proposições], todavia, são contingentes; aquelas que quando não forem podem, entretanto, vir a ser no futuro (...). De fato [elas] dizem respeito ao tempo futuro. Pois as [coisas] que ainda não são, que ainda podem ser, não são necessárias, porque guardam a natureza (*retinent naturam*) de que seja possível tanto o ser quanto o não-ser. (...) A essa possibilidade de vir a ser ou não vir a ser denominamos eventual (*utrumlibet*). De fato, nas coisas deste tipo ocorre eventualmente a afirmação ou a negação e não é necessário que se realize a afirmação ou a negação.

Do ponto de vista de Boécio é a partir desta primeira distinção que terá início a argumentação “validíssima” de Aristóteles, ou seja, que quanto às proposições contingentes, ao contrário daquelas passadas e presentes já mencionadas, “é necessário que ou a afirmação ou a negação seja verdadeira, mas não definidamente”, isto é, diferente de “porque uma delas é verdadeira a outra é falsa definidamente”. É justamente o que serve de fundamento para seu seguinte comentário:

Quer dizer, nas proposições singulares, das quais ele [Aristóteles] trata primeiro, e nas futuras, a saber, nas contingentes, no que diz respeito às verdades e falsidades das proposições; não é do mesmo modo que nas [proposições] passadas e presentes. Porque nas passadas ou presentes todo o *corpus* da contradição está dividido em verdade e falsidade e [só] uma é verdadeira definidamente. De tal maneira que, por isso, se alguém soubesse dizer se a afirmação é verdadeira ou, inversamente, a negação [é verdadeira], ainda que ninguém o tenha dito, o raciocínio é certo desde o tempo passado ou [desde] o presente segundo sua natureza, e também certo foi o evento (*certusque eventus*). Com efeito, nas [proposições] que são contingentes e futuras isso é variável e instável (*variabile et instabile*); é certo que no todo do *corpus* da contradição se encontra repartida tanto a verdade quanto a falsidade, mas esta verdade, assim como esta falsidade, é inseparável (*indiscreta*) e flexível (*volubilis*).

Acima mencionamos fenômenos contingentes, agora eventos variáveis e instáveis? Lá verdade e falsidade indefinidamente, aqui verdade e falsidade inseparável e flexível? Boécio se refere a dois registros distintos e a solução do problema terá de leva-los em conta. Se a proposição que dizia respeito ao Sol se valia do modo como Aristóteles compreendia a eternidade e necessidade do movimento dos astros, do que acontece no supralunar, agora são as distintas noções de causa defendidas na *Física* que parecem sustentar tal diferenciação, a saber:

Assim, necessariamente, não se pode determinar as causas das quais poderia provir aquilo que se dá por acaso. (...) Por um lado, pois, há um modo no qual algo vem a ser a partir do acaso (...). Pois, de certo modo, é possível vir a ser por acaso, pois vem a ser por concomitância [ou acidente], e o acaso é a causa enquanto concomitante (...). Assim, conforme foi dito, ambos - o acaso e o espontâneo - são causas por concomitância [ou acidente], no domínio das coisas que não admitem vir a ser de maneira simples, nem no mais das vezes, e são causas daquilo que poderia vir a ser em vista de algo das coisas que não admitem vir a ser em vista de algo. (ARISTÓTELES, 2009 [197a 8-32], p. 82-3)

Ou seja, o Sol passar em uma constelação determinada ou ocorre ou não ocorre necessariamente sempre do mesmo modo, faz parte do grupo de coisas que vem a ser “de maneira simples” e “no mais das vezes”, não se dá por acaso nem tem a ver com o em vista de algo; trata-se de diferentes causas que evitam justamente o que virá a seguir, a saber:

(III) ...se alguém disser [que] algo futuro [ocorrerá] e se, quanto ao mesmo, um outro disser que não [ocorrerá], é manifesto, pois, se toda afirmação é verdadeira ou falsa, que é necessário que um deles esteja dizendo o verdadeiro. Pois, de fato, em tais casos [elas] não serão simultaneamente.

Tal afirmação parece explicitar a consequência de assumir os princípios de bivalência, terceiro excluído e contradição sem restrições ou maiores considerações, justamente o que será considerado nessa parte do *Da interpretação*, e é preciso tomar muito cuidado para não fazer ruir o princípio que Aristóteles considerava “o mais seguro de todos os princípios”, por isso mesmo Boécio comentava: “De fato, se alguém dissesse ‘Sócrates jantou’ e um outro negasse [dizendo] ‘Sócrates não jantou’, quem afirmaria sobre esse um e o mesmo que ambas haveriam de ser verdadeiras?” Notem que se trata de proposições contraditórias que se referem a singular (Sócrates) e não são futuras (jantou), assumir que ambas podem ser verdadeiras e mesmo que ambas podem ser falsas seria infringir o princípio de contradição e do terceiro excluído. Também por isso, novamente o comentário seguido da tradução:

[Boécio] Não pode acontecer que a afirmação e a negação concordem em tais casos, isto é, quando as proposições [são] contraditórias. E é necessário vir a ser tudo aquilo que a afirmação definitivamente verdadeira enuncia e não vir a ser aquilo que a negação definitivamente verdadeira declara. O que [Aristóteles] prova do seguinte modo: (IV) [a] *Pois se é verdadeiro dizer, porque é branco ou não branco, que é necessário que seja branco ou que não seja branco; e se é branco ou não é branco, é verdadeiro afirmar ou negar; e se não é [branco ou não branco] é mentira; e se é mentira não é. Por isso, [b] é necessário que ou a afirmação ou a negação seja verdadeira ou falsa.*

Novamente os exemplos nos ajudam a compreender o começo da explicitação do problema em questão. Primeiramente, existem duas direções em que a necessidade deve ser considerada, uma [a] que vai das coisas que ocorrem (fato positivo) ou não ocorrem (fato negativo) para as proposições verdadeiras ou falsas e outra [b] que vai das proposições verdadeiras (a verdade) ou falsas (a mentira) para as coisas que ocorrem ou não ocorrem, ou como o explicita e exemplifica Boécio:

Com efeito, se esta pedra ou qualquer outra é branca, é verdadeiro dizer dela que é branca. E por isso [o fato positivo] converte-se [na proposição verdadeira]. [a] Se é verdadeiro dizer da [pedra] que ela é branca, sem dúvida é branca e é necessário que seja branca, e assim como a coisa fez a verdade, da mesma forma a verdade reproduz a coisa à qual se propõe. Inversamente, se esta pedra não é branca, foi verdadeiro dizer dela que não é branca, e se dela foi verdadeiro dizer que não é branca; também não pode se fazer [ou é necessário] que ela seja branca, quando é dito verdadeiramente que não é branca. Também vale o mesmo para as mentiras; (...) se alguém mente sobre algo, aquilo sobre o que mente não é, assim como se dissesse que uma [determinada] coisa é branca quando ela não é branca, mentiu que é branca; por conseguinte, é necessário igualmente não ser aquilo sobre o qual mentiu. (grifo nosso).

A distinção das duas direções em que há necessidade é marcada pelo uso de “Inversamente”, antes por “e”, e vale para os fatos positivos ou negativos convertendo-se em verdades ou mentiras e vice-versa. A partir disso já estamos em condições de compreender o problema resultante de tal opinião, ou como o explicita Boécio:

Se for assim em todas as coisas – [ou seja, que] tudo aquilo que é dito com verdade ou falsidade converte-se na coisa que é ou não é –, se for a negação ou a afirmação, então, também é necessário que sempre uma seja a verdadeira e a outra a falsa. Se uma [delas] é verdadeira, definidamente, ocorrerá algo impossível [ou absurdo] por esta posição. Com efeito, haverá de ser então que todas as coisas, sejam quais forem, são ou se fazem por necessidade (*ex necessitate*) e [1] nenhuma delas [pode ser] por acaso (*a casu*); e também [2][não haverá] nada que seja possível (*esse possibile*) ser e possível não de ser. Além disso, dessa maneira [3] nada restaria para ser ponderado [ou deliberado] com livre arbítrio (*liberi arbitrii*), mas tudo seria por necessidade, isto é, tudo que viesse a ser [viria a ser por necessidade]. (grifo nosso)

Qual a consequência impossível ou absurda? A partir do que vimos Aristóteles afirmar na Física, a consequência impossível ou absurda é que,

sem alguma restrição ou consideração adicional dos princípios em que a lógica pode estar fundada, compreenderíamos todas as coisas no grupo das quem vem a ser “de maneira simples” e “no mais das vezes”, esquecendo que deve existir o grupo das que se dão “por acaso” e “em vista de algo”. E o texto frisa justamente o que perderíamos de mais importante, defenderíamos supostamente o absurdo ou a opinião impossível de ser confirmada que nada se faz por livre arbítrio (*liberum arbitrium*) ou vontade livre (*libera voluntas*). Iria justamente contra um tipo determinado de causalidade que Aristóteles defendia do seguinte modo:

Deliberamos sobre as coisas que estão ao nosso alcance e podem ser realizadas (...). Porque como causas admitimos a natureza, a necessidade [4], [1] o acaso, e também [3] a razão e tudo que depende do homem. (...) as coisas que são realizadas pelos nossos esforços, mas nem sempre do mesmo modo, [3] essas são objeto de deliberação (...). Por [2] coisas possíveis entendo aquelas que se podem realizar pelos nossos esforços (...). Sendo, pois, o objeto de escolha uma coisa que está ao nosso alcance e que é desejada após deliberação, a escolha é um desejo deliberado de coisas que estão ao nosso alcance; porque, após decidir em resultado de uma deliberação, desejamos de acordo com o que deliberamos. (ARISTÓTELES, 1973 [*Ética a Nicômaco*, III, 3, 1112b-113a], 285-6)

Contra a existência exclusiva da necessidade [4]; novamente, existe o que vem a ser [1] por acaso, depois [3] o que vem a ser dependente da ação do homem, as que são objeto de deliberação e que não fazem parte das que acontecem sempre do mesmo modo, mas [2] das que são possíveis de serem realizadas pelo esforço do homem. É justamente o que exige alguma restrição ou consideração adicional dos princípios em que a Lógica pode estar fundada; também é daí que as proposições futuro contingentes devam ser consideradas de um modo distinto. Em seguida Boécio converte aquela opinião impossível ou absurda em três silogismo:

(A) Se todas as afirmações ou negações no futuro sempre dividem definidamente a verdade e a falsidade, o evento das coisas que são preditas será necessário; e todas virão a ocorrer ou não virão a ocorrer por necessidade. E assim como perece o livre arbítrio (*liberum arbitrium*), também [perecem] o acaso (*casus*) e a possibilidade (*possibilitas*). Ou [então] o silogismo é do seguinte modo: (B) se toda afirmação é verdadeira ou falsa definidamente – e da mesma maneira também em relação à negação –, como todas vêm a ocorrer pela razão inevitável da necessidade, então, se assim for, perece o livre arbítrio. Mas isso é impossível; portanto, não é verdadeiro que toda afirmação ou negação seja definidamente verdadeira ou falsa. (...) Que todas venham a ocorrer por necessidade, se [assumimos] que as

[proposições] são verdadeiras ou falsas definidamente, é mostrado pelo seguinte silogismo: (C) Toda verdade ou falsidade definida [que diz respeito] ao futuro constitui por necessidade o evento futuro ou não futuro da coisa, mas todas as proposições futuras são verdadeiras ou falsas definidamente. Portanto, para todas a necessidade será de haver de ser ou não haver de ser.

O silogismo (A) estabelece que: Toda ANF (afirmação ou negação futura) é VFD (verdadeira ou falsa definidamente), Todo VFD é PN (por necessidade), logo, Todo ANF é PN; se aplicamos a regra m que conduz a Todo VFD é PN, Todo ANF é VFD, logo, Toda ANF é PN fica evidente que se trata de um silogismo de primeira figura modo *Barbara*, para Aristóteles o mais perfeito; vale lembrar a explicação adicional que deve preceder a segunda premissa que iguala VFD ou ANF a “evento predito”, o que relaciona o plano das proposições com o plano das coisas e, só depois disso, conduz a coisas ou eventos que ocorrem por necessidade. Já o silogismo (B) estabelece que Todo ANF é VFD, Todo VFD é PN, logo, Todos EP (eventos preditos ou VFD) vem a ser não por LAP (livre arbítrio, acaso ou possibilidade); claro que aqui se trata de igualar a conclusão do silogismo (A) à negação do livre arbítrio ou vontade livre, bem como do acaso e da possibilidade. O silogismo (C) é do tipo Toda PF (proposição futura) é VFD, Toda VFD é PN, logo, Toda PF é PN, com a explicação adicional que iguala o futuro que se associará às proposições de tipo VFD ao futuro que deve ser associado aos eventos de tipo PN, daí que todo futuro venha a ser por necessidade e, novamente, não é possível eventos do tipo LAP.



De acordo com Lukasiewicz, qual a diferença entre os princípios de bivalência e do terceiro excluído? Por que, para FLECK (1997, p. 47), “a denominação do ‘terceiro excluído’ é enganadora”? Qual a consequência para as proposições futuro contingentes de assumir de modo irrestrito o princípio de bivalência? De acordo com três silogismos citados formule três refutações e três silogismos opostos àqueles, faça os diagramas de Venn de todos os silogismos envolvidos.

COMENTÁRIO SOBRE A ATIVIDADE

As duas primeiras perguntas podem ser respondidas com uma rápida leitura do capítulo “1.2 - Princípio de Bivalência” do livro *O problema dos futuros contingentes*, listado nas referências bibliográficas; a penúltima

pode ser respondida a partir da compreensão do princípio mencionado;
a última a partir das aulas 04 e 05.

Nós sabemos que o raciocínio Barbara é formalmente válido, mas o que está em jogo aqui é seu conteúdo; também sabemos que suas premissas e conclusão são universais o que facilita em muito sua refutação; se o que temos é que assumir a verdade que se “Todas as proposições são verdadeiras ou falsas definitivamente então Todas as coisas ocorrerão de modo necessário” ou se “Todas as coisas ocorrerão de modo necessário então todas as proposições são verdadeiras ou falsas definitivamente”, basta um evento que não ocorra de modo necessário ou uma proposição que não assuma a verdade ou falsidade definitivamente, ou seja, basta defender a verdade da proposição “Algum evento ocorre graças ao livre arbítrio (ou por acaso ou por possibilidade)” ou “Alguma proposição vem a ser verdadeira indefinidamente (ou contra o princípio de bivalência)”. O comentário de Boécio, acompanhando a argumentação de Aristóteles, seguirá indicando os incômodos e as incongruências das visões determinista do físico ou inflexível do lógico até o momento em que a afirmação de uma daquelas verdades passa a ser suficiente para a solução do problema.

Depois de manter a verdade do princípio do terceiro excluído e de contradição, ou seja, de afirmar que:

Com efeito, se alguém disser [quanto ao] futuro que amanhã [haverá de ser] a batalha naval e outro negar, pronunciando [quanto ao] futuro que amanhã não [haverá de ser]; então, se ambas forem falsas, certamente será necessário que não seja amanhã a batalha naval, pois a afirmação, que ele disse no futuro é falsa; também é necessário que amanhã ocorra a batalha naval, pois a negação que diz que amanhã não haverá de ser é igualmente falsa. Por isso, será necessário tanto ser a batalha naval quanto não ser, o que é impossível e ultrapassa a natureza comum do pensamento (*communem cogitationis naturam*). Portanto, não é verdadeiro que ambas e simultaneamente, isto é, afirmação e negação, sejam mentira.

Ou seja, mais uma vez é defendido que proposições contraditórias não podem ser ambas falsas, nem ambas verdadeiras, tais valores alternativos continuam excluídos, admiti-los seria sair da racionalidade, seria “ultrapassar a natureza comum do pensamento”. Mas Boécio precisa: “Entretanto, não é percebida a incongruência segundo a qual a ocorrência das coisas [se dá] não pela própria natureza das coisas (*ipsa rerum natura*), mas julgamos [se dar] pela verdade e falsidade das proposições”. No fim das contas é essa a principal incongruência, ou seja, que a visão inflexível do lógico defensor da validade irrestrita do princípio de bivalência se imponha ao físico ou, o que parece ainda pior, aos homens em geral, isto é, que a visão inflexível do

lógico faça desaparecer o princípio da Ética, a possibilidade de ações livres. Era preciso lembrar, portanto, o que havia sido afirmado em as *Categorias*:

A proposição verdadeira, entretanto, não é, de modo algum, a causa da existência de tal homem assim existente; e, todavia, sua existência pareceria de uma maneira ou outra a causa da verdade da verdadeira proposição, uma vez que esta última é classificada de verdadeira ou falsa na medida em que o ser humano existe ou não. (ARISTÓTELES, 2010 [14b 18], p. 76).

Basta, portanto, que alguns eventos por livre vontade, por acaso ou por possibilidade existam para que aqueles três silogismos sejam falsos, justamente: “Tudo que é feito de acordo com alguma deliberação, aquele que deliberou, e não a necessidade, é o princípio da coisa” ou “as [coisas] que são ditas segundo alguma possibilidade não vêm a ser segundo a necessidade”. Não será sem mais, portanto, que Boécio lembrará o cuidado que é preciso ter com a semelhança que sustenta a noção de significado, ela tem uma direção determinante, a saber:

[Aristóteles] diz que as coisas assumem uma certa semelhança (*cogitationem*), e é ela que, pela significação (*significatione*), designa as próprias coisas. E por isso a oração que designa e que também significa a coisa será tomada do mesmo modo como é tomada a própria coisa. Portanto, se a coisa não tiver sido, a oração é falsa, e se a coisa tiver sido, a oração é verdadeira; e se é verdadeira ou falsa a oração, será ou não será o que é dito, de modo que a coisa e a oração se convertem (*convertantur*). Então, se a coisa não está constituída ou não surge por necessidade definida, também aquela oração que designa aquela coisa não é de verdade definida. Portanto, com respeito às coisas para as quais não somente é possível ser, mas também [pode] acontecer de não ser, a afirmação e a negação são tomadas de maneira eventual; e como para a própria coisa ocorre tanto ser quanto não ser, da mesma forma a contradição (*contradictionem*) indefinidamente (*indefinite*) virá a ser ou verdadeira ou falsa.



Por que a distinção entre a necessidade absoluta e a temporal defendida por Aristóteles é importante no presente contexto? Por que a noção de possibilidade aristotélica impede o determinismo lógico? Quais as consequências para a argumentação defendida por Aristóteles se fosse assumido que “Nada que nem é nem virá a ser é possível” (cf. BRUCE e BARBONE, 1993, pp.

97-99)? Como a obrigatoriedade que “toda proposição seja verdadeira ou falsa definidamente” traz consequências para a Ética e para a Física? Quais leis lógicas, segundo Aristóteles e Boécio, estão em acordo com a própria natureza do pensamento? Que concepção de terceiro excluído defendemos em nossa argumentação? Existe alguma diferença entre as expressões $(p \vee \sim p)$ e $(p \wedge \sim p)$, o que elas podem ter a ver com uma caracterização do terceiro excluído que autorize lógicas polivalentes (cf. FLECK, 1997, pp. 44-7)? Em quanto parágrafos ou capítulos está dividido o *Da interpretação* e do que tratam os de 12 a 14? Quais são e o que querem dizer os caracteres (símbolos) utilizados na lógica modal?

COMENTÁRIO SOBRE A ATIVIDADE

Somente as terceira e sexta questões trazem elementos que não foram tratados propriamente nesta aula, recomendamos a leitura do capítulo 18 do livro *Os 100 argumentos mais importantes da Filosofia Ocidental* e o capítulo 1.2 de *O problema dos futuros contingentes*, ambos já mencionados nas questões.

CONCLUSÃO

Chegamos, assim, a um dos motivos mais gerais da restrição do princípio de bivalência, isto é, aquilo que sustenta a significação conduz à noção de contradição indefinida; é verdade que mesmo o pensamento tem sua natureza mas é o modo como de fato as coisas são que deve prevalecer; portanto, Física e Ética não devem estar inteiramente submetidas à Lógica, ao menos não a certo “determinismo lógico”. Claro que deixamos de fora dessa aula muitos detalhes do texto, mas uma interpretação sempre acaba fazendo isso, privilegia certas partes, conceitos, argumentos etc. enquanto muitos outros ficam de fora.



RESUMO

Com a aula Leitura e compreensão/interpretação (3): uma introdução ao problema dos futuros contingentes pretendíamos ter mais uma conversa sobre conceitos, expressões, princípios, temas, problemas, obras etc. que dizem respeito ao que chamamos de Filosofia e História da Lógica. Continuaremos a esboçar o conteúdo da unidade 2. Nesta aula utilizamos o conhecimento e as técnicas que aprendemos até o momento para interpretar o comentário que Boécio fez ao famoso §9 do *Da interpretação* de Aristóteles, utilizamos

como pano de fundo para nosso trabalho o Comentário menor que inclui a tradução do texto. As atividades foram pensadas como complementação do estudo necessário para compreender ao menos de forma introdutória os problemas mencionados no comentário e tradução de Boécio. Neste sentido, nossa aula assumiu a primeira interpretação boeciana da obra de Aristóteles e claro que ela não é a única.



Li e me informei suficientemente sobre o conteúdo da aula Leitura e compreensão/interpretação (3): uma introdução ao problema dos futuros contingentes? Sou capaz de compreender a relação entre linguagem/significação e a realidade/causação em Aristóteles? Refleti o suficiente sobre os princípios que regem as oposições entre proposições quantificadas ou não? Compreendi bem o que de fato pode significar uma refutação ou levar um argumento à contradição? Fui capaz de assimilar as bases da silogística aristotélica aplicadas ao problema das proposições futuro contingentes?



Na próxima voltaremos a oferecer técnicas de leitura e compreensão/interpretação a partir do tema *Observações sobre possíveis relações entre metafísica, ontologia e lógica ou observações sobre filosofia da lógica.*

REFERÊNCIAS

- AMMONIUS e BOÉCIO. **On Aristotle's On interpretation 9**. Trad. David Blank e Norman Kretzmann. New York: Cornell University Press, 1998.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Leonel Valandro e Gerd Borheim. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973.
- ARISTÓTELES. **Física I-II**. Trad. Lucas Angioni. Campinas: São Paulo: Ed. Unicamp, 2009.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Marcelo Perini. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- ARISTÓTELES. **Órganon**. Trad. Edson Bini. Bauru: São Paulo: EDIPRO, 2010.
- BOÉCIO. **A consolação da filosofia**. Trad. Willian Li. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- BOÉCIO. **Opera omnia** (Tomos 63-4). Patrologia de J.-P. Migne. Paris: J.-P. Migne, 1891.
- BOÉCIO. “Comentário de Boécio ao §9 do Da interpretação de Aristóteles”. Trad. William de Siqueira Piauí e Juliana Cecci Silva. **In: Prometheus**, n. 17, v. 8, pp. 187-206, 2015.
- BRUCE, Michael e BARBONE, Steven. **Os 100 argumentos mais importantes da Filosofia Ocidental**. Trad. Ana Lúcia da Rocha Franco. São Paulo: Cultrix, 2013.
- CÍCERO, Marco Túlio. **Sobre o destino**. Trad. José Rodrigues Seabra Filho. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.
- DE LIBERA, Alain. **A filosofia medieval**. Trad. Nicolás N. Camapanário e Yvone M. de C. Teixeira Silva. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- DINUCCI, Aldo. “Caracterização, indemonstrabilidade ontológica e demonstrabilidade indireta do princípio de não contradição em Aristóteles”. **In: Kalagatos**, v. 2, n. 3, pp11-36, 2005.
- FLECK, Fernando Pio de Almeida. **O problema dos futuros contingentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. **Entre a filosofia e a teologia**. São Paulo: Paulus, 2014.
- PIAUI, William de Siqueira. “Boécio e o problema dos futuros contingentes”. **In: Princípios**, v. 15, n. 23, pp. 205-32, 2008.
- RIBEIRO, Maria Francine. “Demonstração e silogismo nos Analíticos de Aristóteles”. **In: Cadernos de graduação**, n. 8, pp. 153-61, 2010.
- ROCHA, Renato Mendes. “Implicação lógica e material: esclarecendo algumas confusões”. **In: Intuitio**, v. 6, n. 2, pp. 239-52, 2013.
- VUILLEMIN, Jules. **Nécessité ou contingence, l'aporie de Diodore et les systems philosophiques**. Paris: Minuit, 1984.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1993.